

## **Desenvolvimento Local e Capital Social: o caso da Comunidade Tapera no município de Riacho dos Machados, região Norte de Minas**

Sidinéia Maria de Souza Abrantes – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes ([sidineia.souza@gmail.com](mailto:sidineia.souza@gmail.com))

Luciene Rodrigues – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes (rluciene@unb.br)

### **RESUMO**

Este trabalho analisa a conexão entre Desenvolvimento Local e Capital Social a partir do estudo do caso da Comunidade Tapera no município de Riacho dos Machados, região norte do Estado de Minas Gerais, que se constituiu a partir de organização coletiva pela conquista da terra e que tem aplicado um modelo de Desenvolvimento Rural com base nos princípios do Desenvolvimento Local. Discute-se a importância do Capital Social na interpretação de processos de desenvolvimento, e elementos e relações segundo os quais se pode aferir a existência/inexistência de Capital Social num dado território e de que maneira o sujeito coletivo se revela. O estudo conclui que o Capital Social é um elemento importante na articulação e promoção do desenvolvimento, que contribui para potencializar os resultados econômicos e a organização social. A análise do caso da Comunidade Tapera oferece fortes indícios de que o Capital Social guarda estreita relação com o desempenho econômico. Ademais, a existência de laços econômicos, sociais e afetivos, fortalecem a identidade, a sensação de pertença a dado território, e contribuem para empoderar os indivíduos e a coletividade, fatores importantes para qualquer projeto de Desenvolvimento Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Local; Capital Social; Comunidade Tapera; Desenvolvimento Rural; Norte de Minas.

# 1 INTRODUÇÃO

Devido às grandes disparidades econômicas e sociais dos países e a constatação de que os modelos de desenvolvimento adotados em nações desenvolvidas, nem sempre são compatíveis com a realidade dos países em desenvolvimento, alguns autores têm contribuído com reflexões acerca de conceitos e parâmetros para avaliar/implementar o desenvolvimento em determinado território. Fatores como o processo histórico de formação, disponibilidade de recursos naturais, cultura populacional, situação financeira, entre outros, passam a ser observados por influenciar os modelos e os resultados do planejamento e desenvolvimento das nações.

Nota-se, então, esforço teórico (Veiga, 2005; Sachs, 2004; Buarque, 2002; Kliksberg, 2001; Zapata, 2001; Esteva, 2000; Putnam, 2000; Franco, 1998;) no sentido de buscar um modelo explicativo do processo de desenvolvimento que considere crescimento econômico e equidade, aliado às características regionais (condições de vida, clima, cultura e meio ambiente) e institucionais (a descentralização do poder, governança local, cooperação e participação dos cidadãos nas decisões ligadas a sua localidade).

Na década de 1980, o Desenvolvimento Local se manifesta como uma nova agenda que emerge na tentativa de cobrir as crescentes demandas sociais e de promover ações que melhorem as condições de vida de dado território. Nos anos de 1990, a busca de modelos explicativos do processo de desenvolvimento foi enriquecida pelo conceito de Capital Social, elemento relacionado com a capacidade de organização social e mobilização da sociedade.

O presente trabalho está centrado na conexão entre Capital Social e Desenvolvimento Local a partir do estudo do caso da Comunidade Tapera no município de Riacho dos Machados. A comunidade é composta por cerca de 39 famílias de pequenos agricultores e tem sido referência nacional, conforme catálogo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, de aplicação do projeto de Desenvolvimento Local, por uma organização do Terceiro Setor<sup>1</sup>, voltada para o Desenvolvimento Rural no Norte de

---

<sup>1</sup> Por Terceiro Setor entende-se um conjunto de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, que visam a produção de bens e serviços públicos. Podendo ser designado de organização não-governamental (ONGs), sem fins lucrativos, setor independente, entre outros.

Minas<sup>2</sup> – O Centro de Agricultura Alternativa (CAA-NM). O CAA-NM, desde os anos 1980, vem contribuindo para a promoção do Desenvolvimento Local em pequenas comunidades rurais respeitando os princípios de sustentabilidade.

Diante do exposto, as questões que norteiam este trabalho são: (i) qual a importância do Capital Social na interpretação de processos de desenvolvimento? (ii) por meio de quais elementos/relações é possível aferir a existência/inexistência de Capital Social num dado território? (iii) como se dá a construção do sujeito coletivo e de que maneira se revela na Comunidade Tapera? (iv) em que medida a existência/inexistência de Capital Social tem sido elemento facilitador/dificultador do Desenvolvimento Local na Comunidade Tapera?

## **2 METODOLOGIA**

A coleta dos dados foi obtida por meio de pesquisa de campo e relatórios de acompanhamento do CAA-NM e do INCRA. O trabalho de campo procurou obedecer aos critérios de Pesquisa Participante sugeridos por Brandão (1987). Num primeiro momento, foram realizadas entrevistas estruturadas às 39 famílias cadastradas pelo INCRA que receberam a posse da terra, com o propósito de coletar dados socioeconômicos. Posteriormente, foi feita entrevista aberta às lideranças da comunidade e observação das relações e da atuação do sujeito coletivo no que se refere a: (i) experiências de gestão participativa; (ii) constituição de redes sociais; (iii) mobilização dos atores; (iv) presença de vínculos horizontais; (v) valores e normas sociais compartilhados; e (vi) relações de vizinhança.

## **3 HISTÓRICO DA COMUNIDADE TAPERA**

A Fazenda Tapera dista 22 km da sede municipal, Riacho dos Machados, sendo 4 km pavimentados e 18 km de estrada de terra. Na comunidade, vivem 40 famílias residentes, das quais 39 estão cadastradas no projeto de assentamento do INCRA.

---

<sup>2</sup> Divisão espacial (macrorregião) do Estado de Minas Gerais promovido pelo governo federal com o intuito de facilitar o planejamento econômico do país (região de Planejamento nº VIII).

Segundo Dayrell (2000), a área da Comunidade Tapera teve muitos donos, sendo o último a Sicafe<sup>3</sup>. A empresa adquiriu a propriedade de 20.482 hectares no ano de 1.988 do Major Alcebino que, ameaçado pela possibilidade de desapropriação de suas terras pelo INCRA, devido a desavenças políticas, vendeu a propriedade para a empresa de reflorestamento.

A Sicafe veio para o Norte de Minas, como outras empresas, atraída pelos incentivos fiscais proporcionados pelo governo federal a partir dos anos de 1970 e tinha como objetivo implantar um projeto de reflorestamento de eucaliptos no município de Riacho dos Machados.

A Fazenda Tapera, antes de sua venda à Sicafe, era cercada por posseiros que mantinham uma estreita relação de trabalho com o proprietário da fazenda, cuidando das criações e do plantio de lavouras. Com a venda das terras para a empresa, esta impediu que os posseiros manejassem qualquer área fora do quintal de suas casas, represaram as águas nas cabeceiras dos rios, e derrubaram as matas nativas para iniciar o plantio de eucaliptos.

Os agricultores, resistentes a esse processo, organizaram-se em um movimento sócio ambiental da Região, fizeram parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados - STR e com o CAA-NM para pressionarem o processo de desapropriação da fazenda. A primeira vitória veio de um seminário nacional sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Vale do São Francisco, realizado na cidade de Montes Claros, onde os agricultores, contando com o apoio das entidades citadas, conseguiram embargar o desmatamento.

Em 1993, o INCRA desapropriou uma área de 3.866<sup>4</sup> hectares para assentar 40 famílias, destinando 12 lotes para uso comunitário e extrativista. Cada família recebeu um lote com tamanho variando entre 50 e 70 hectares e passou a receber, a partir de 1997, recursos do INCRA para implantação de projetos produtivos.

---

<sup>3</sup> Empresa Siderúrgica de Sete Lagoas, MG.

<sup>4</sup> O INCRA pediu a desapropriação de 3.866 hectares. No entanto, no momento da posse, descobriu-se que a área continha na verdade 4.057,7594 hectares.

A imissão na posse, dos assentados, aconteceu em 29 de novembro de 1994 e diante do processo de efetivação da reforma agrária no local, o CAA-NM começou a atuar permanentemente nesta localidade com um projeto de Desenvolvimento Local.

#### **4 CAPITAL SOCIAL**

A crescente desigualdade social e as dificuldades na formulação de ações concretas para a obtenção do Desenvolvimento Social tornaram o Capital Social<sup>5</sup> um conceito em utilização crescente nos estudos desenvolvimentistas. O contexto de expropriação econômica e exclusão social, decorrente do capitalismo global financeiro, tem gerado a perda do emprego, a deterioração das relações de trabalho, a desintegração dos valores culturais e éticos, a intensificação da desigualdade de gênero, entre outras adversidades.

Por esses motivos, observa-se a proliferação de estudos e ações que envolvem novas metodologias de desenvolvimento que privilegiam o cotidiano, a cultura regional e o local em detrimento do global. Nestas discussões está presente a idéia do indivíduo como ator idealizador e participante do processo de mudança social. Trata-se, portanto, de processos de desenvolvimento, onde o papel do cidadão assume função essencial no projeto de transformação da realidade.

Por outro lado, as ações de indivíduos isolados, nem sempre são suficientes para promover o desenvolvimento, tampouco, apóiam mudanças mais estruturais na qualidade de vida de toda a coletividade. Retornando à economia neoclássica, cujas raízes encontram-se na obra de Adam Smith<sup>6</sup>, a sociedade é formada por indivíduos independentes e egoístas, competindo entre si.

Segundo Smith (1985, p.379-380), todos os indivíduos aplicam o seu capital de forma que ele alcance o maior rendimento possível, maximizando sua utilidade. O cidadão ao fazer isto não leva em conta o interesse geral da sociedade, mas o seu próprio interesse. Por outro lado, ao promover o interesse pessoal, acaba por ajudar na persecução do

---

<sup>5</sup> Usa-se o termo Capital Social porque ele se acumula, pode produzir benefícios e esses benefícios podem ser mantidos para o futuro.

<sup>6</sup> Para maiores informações vide teoria da “Mão da Invisível” - Smith, A. in: A Riqueza das Nações: investigação e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

interesse geral e coletivo. Por exemplo, diz Smith, “não é pela benevolência do padeiro ou do açougueiro que nós temos o nosso jantar, mas, pelo egoísmo deles, pois os homens agindo segundo seu próprio interesse criam as condições necessárias para que todos maximizem a sua utilidade”.

O autor explica que a condição necessária para a sociedade alcançar a prosperidade é a competição ou concorrência entre os diferentes agentes que atuam no mercado. A concorrência e a competição forçam o preço dos produtos para baixo até seus níveis “naturais”, que correspondem ao seu custo de produção, o que beneficia toda a sociedade. Muito embora a competição também leve ao conflito, para Smith esses conflitos são guiados e resolvidos por leis da natureza, ou seja, por um mecanismo natural, automático e regulador que ele definiu como a ação da “mão invisível” da economia. A mão invisível é uma metáfora utilizada para demonstrar a existência de um conjunto de leis naturais e de forças reguladoras das ações econômicas no livre mercado.

No entanto, a experiência atual sugere que não existe força natural capaz de controlar os conflitos gerados em uma sociedade cuja organização social é baseada na competição individual. As desigualdades de oportunidades e as diferenças econômicas e sociais entre ricos e pobres são agravadas em sociedades individuais e competitivas.

De acordo com esse pensamento, Abramovay (2000, p.86) argumenta que o Capital Social é “a resposta ao dilema neoclássico da ação coletiva”. O mesmo raciocínio pode ser constatado em Coleman (1990, p.302), quando o autor afirma que o Capital Social é o contra ponto a um dos mitos fundadores da civilização moderna – “de uma sociedade formada por indivíduos que agem independentes, e cujo objetivo é estabelecido de maneira isolada e egoísta”. Pode-se ainda recorrer a David Hume, que analisa as vantagens e desvantagens da confiança e cooperação entre indivíduos em uma colheita de milho.

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (HUME apud PUTNAM, 2000 p.177).

O cenário competitivo e individualista envolvendo os dois indivíduos na colheita do milho, resulta em prejuízos para ambos, devido à falta de confiança mútua e de cooperação entre eles. Em contrapartida, a ação coletiva e solidária é vantajosa para os dois. A mesma análise pode ser feita para toda a sociedade visto que um traço característico da organização social é o relacionamento entre os diversos agentes que a compõe, existindo uma interdependência social entre os mesmos. O resultado de vários tipos de interdependência social como, trocas e transferências de controles, forma as relações sociais.

Nessas condições, mesmo em uma sociedade capitalista e global, como se vê na atualidade, a dimensão da ação coletiva e da cooperação alicerçada na confiança mútua e na inter-relação social entre indivíduos é fundamental para a estruturação de uma nova sociedade mais igualitária e justa.

Todos esses elementos, ação coletiva, cooperação, confiança mútua, relações sociais, entre outros, são aspectos relacionados ao conceito de Capital Social e fazem parte de um esforço teórico voltado a examinar a origem, premissas, características e conseqüências do estoque de Capital Social para o Desenvolvimento Social de uma nação.

Capital Social não é um termo novo. Em 1916, Lydia Hanifan<sup>7</sup> utilizou pela primeira vez o conceito, sendo um conjunto de relações sociais entre os indivíduos e a família. No entanto, somente a partir de 1990, o termo adquire destaque acadêmico. Não há ainda uma definição precisa de Capital Social e a maioria dos autores recorre à definições relacionadas com suas funções, ressaltando, ora aspectos da estrutura social, ora o uso desse recurso por indivíduos.

Para Putnam (2000), Jane Jacobs<sup>8</sup> foi a primeira analista social a utilizar o termo Capital Social com o significado social que é atribuído atualmente. A interpretação de Jacobs (1961) está relacionada aos “benefícios individuais e de classe oriundos de relações

---

<sup>7</sup> Hanifan, Lyda (1916), The rural school community center. I Annals of the American academy of Political and Social Science, nº67, pp. 130-138.

<sup>8</sup> Jacobs, Jane (1961), The Death and Life of Great American Cities. New York, Random House, p.138.

personais e valores socialmente compartilhados” pelas pessoas. (JACOBS apud MILLANI, 2003, p.5).

Um traço característico de vários estudos sobre Capital Social é a ênfase nas relações sociais e nos valores socialmente compartilhados entre os indivíduos. As relações sociais constituem uma espécie de ligação ou conexão entre diferentes pessoas que se reúnem por motivo em comum, seja, social, econômico, cultural ou religioso. Essas pessoas se juntam para adquirir algo que possuem e que pode ser compartilhado socialmente via permuta, empréstimo, transferência ou venda.

No entanto, o Capital Social só adquire caráter inovador e importância social quando é utilizado como contraponto à sociedade neoclássica de indivíduos econômicos que buscam isoladamente a sua prosperidade. Para haver Capital Social, é necessário existir cooperação voluntária entre as pessoas e estas devem buscar o benefício mútuo. Ao operar simultaneamente como na ajuda ao outro (empréstimo de um utensílio, permuta de um serviço, associação para obter crédito ou troca de informações) os indivíduos favorecem o melhoramento econômico e social de onde vivem.

Para Putnam (2000), a cooperação voluntária só existe se for garantida por relações de confiança. Segundo o autor, indivíduos agem simultaneamente com outros se têm segurança e um bom conceito sobre a reputação e a confiabilidade destes. No mais, Putnam lembra que a cooperação voluntária é mais fácil numa sociedade que tenha herdado um bom estoque de Capital Social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

As regras de reciprocidade regulam o convívio mútuo entre as pessoas. Como o Capital Social é uma teoria da cooperação entre os indivíduos e essa cooperação nasce das relações pessoais, é necessário que a reciprocidade seja assegurada dentro da organização social. Para Costa (2004), o êxito em ações que objetivam a promoção de benefício mútuo está diretamente relacionado ao conhecimento (informação) que repousa na capacidade de inter-relação das pessoas e na conseqüente circulação de informações.

Na verdade, a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar mais que informações, ela potencializa a confiança entre as pessoas. “Confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você”. (PUTNAM, 2000, p.178). Dessa forma, os vínculos de confiança mútua derivam de como as pessoas, de uma mesma comunidade, cooperativamente se comportam e evitam lesar umas às outras.

Entretanto, segundo Putnam (2000) a confiança pode ser considerada um ativo negativo, desde que as relações pessoais ocorram verticalmente. Este seria, para o autor, o caso da máfia, que apesar de apoiar suas ações em relações de confiança, não existe ali reciprocidade entre as pessoas. Logo, para haver confiança mútua é necessário que as relações pessoais ocorram horizontalmente. Quando isso ocorre, a confiança passa a se apoiar em relações de reciprocidade, e esta pode ser constatada na permuta de serviços, na troca de presentes, no mutirão para construir e/ou reformar uma casa, no amparo da comunidade em casos de morte, de doença e outros transtornos.

A reciprocidade é mantida por regras de convívio cívico. Para Putnam (2002), regras de convívio cívico são uma espécie de garantia social e estão embasadas na confiança e na reciprocidade presentes nas relações sociais. Quando um indivíduo rompe com seus vínculos de reciprocidade, ele conseqüentemente perde suas relações sociais no interior da organização social e sofre sanções por parte dos outros membros da cadeia de relações. Essas sanções nem sempre configuram penalidades cíveis, mas uma espécie de punição moral, onde o indivíduo é excluído das relações de confiança e reciprocidade do grupo social ao qual pertence.

Dessa forma, as relações sociais são importante recurso disponível à coletividade, transformando-se em capital ao assumir o caráter de bem público e ao ser compartilhado pela população. Contudo, ao ser compartilhado, o Capital Social não é gasto, ao contrário, o uso o faz crescer, aumentar a confiança entre as pessoas, na medida em que assegura o benefício mútuo dos membros da sociedade. (PUTNAM, 2000)

As cadeias de relações sociais propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações, e mostram como a ação coletiva pode compartilhar conhecimentos e estabelecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento. Um grupo de pessoas bem articuladas tem mais

chances de obter resultados positivos tanto em pequenas ações internas na sua comunidade, quanto em grandes projetos coletivos de desenvolvimento.

Neste sentido, a noção de Capital Social indica que é um estoque, um recurso público compartilhado por pessoas inseridas nos mesmos sistemas sociais, como por exemplo, a família, grupos religiosos, grupos de apoio escolar, associações, cooperativas, entre outros. Segundo Coleman (1990), o fato de o Capital Social constituir um bem público faz dele um importante instrumento interno à comunidade. No entanto, isso não significa que não existam relações sociais externas ao grupo. Vários grupos necessitam e tendem a ter informações e recursos materiais de outros grupos, o que determina cadeias de relações sociais que vão além do local onde vivem.

Entretanto, é importante ressaltar que as relações sociais são “elos” estabelecidos entre diferentes agentes, podendo haver cooperação entre comunidade, poder público e empresas, desde que partilhem os mesmos objetivos. Mas, o que determina a presença de Capital Social não são apenas os esforços cooperativos dos agentes, mas também, as ações em prol do objetivo comum.

Além disso, segundo Milani (2003, p. 19-20), “o processo de construção ou legitimação do Capital Social depende do ambiente legal e político que o grupo está inserido. Fatores como o regime político, as formas de governo, o respeito das liberdades civis e políticas”. Assim, quanto maior o acesso à informação, o grau de coletividade entre as pessoas, as liberdades civis e a confiança, maiores são as chances de o Capital Social se desenvolver e/ou não ser eliminado no contexto social.

Portanto, o conceito de Capital Social está baseado em diversos aspectos ligados à organização social, como redes sociais, confiança mútua, compromisso cívico, entre outros. Podendo, ser medido a partir da presença de: (i) organizações da sociedade civil; (ii) pessoas associadas; (iii) participação ativa na tomada de decisões; (iv) grau de confiança entre os membros da sociedade; (v) cooperação; (vi) redes horizontais; e (vi) participação política. (PUTNAM, 2000; COLEMAN, 1990)

## 5 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento tornou-se tema central das agendas econômicas no Pós Segunda Guerra. O processo de desenvolvimento configurou-se, nesse período, como ajuda econômica dos países industrializados aos países pobres visando a acelerar o crescimento e a modernização. Os recursos obtidos por meio da cooperação internacional deveriam ser aplicados em áreas como educação, saúde, infra-estrutura, entre outras. Neste sentido, o Estado desempenhava papel decisivo no planejamento e atuava de forma direta na economia.

No entanto, de modo geral, a partir de 1970, em vários países da América Latina o Estado perde força enquanto órgão regulador do processo de desenvolvimento. Os preceitos neoliberais alardeiam o desmonte das obrigações sociais, transferindo para o Terceiro Setor muitas das obrigações de combate à pobreza e de assistência social. A década de 1980 é marcada pela multiplicação dessas organizações representativas e de apoio social. Nesse período, ganha centralidade na pauta das políticas públicas a adoção de ações voltadas para a difusão de práticas de promoção do Desenvolvimento Local. (LUSTOSA, 2002).

Segundo Vanier (1998), a noção de Desenvolvimento Local dispõe de duas vertentes contrapostas: a lógica exógena e a endógena. A primeira vertente está relacionada com a competitividade e acumulação possíveis nas iniciativas de Desenvolvimento Local. Nesse sistema, as localidades operam em circuitos, nos quais realizam uma função produtiva especializada e em troca obtêm determinado grau de transformação social como, aumento do número de postos de trabalho, cursos de aperfeiçoamento, programas de alfabetização, entre outros. Os principais componentes são: (i) desenvolvimento mais equilibrado territorialmente; (ii) geração de emprego e renda como alternativa a superação da pobreza; (iii) criação de entornos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais; (iii) reorganização das bases empresariais; (iv) implantação de infra-estruturas básicas; (iv) capacitação de recursos humanos, e (v) criação de sistemas de informações locais.

Componentes que, de acordo com o Llorens (2001), são protagonizados por governos, empresas, comunidades organizadas e redes produtivas. Isso significa que os projetos de

Desenvolvimento Local são planejados, na sua maioria, por instituições públicas (federal, estadual e municipal), para, em parceria com outros atores locais (sindicatos, cooperativas, associações) decidir os rumos da localidade, com perspectivas de melhorias sociais e econômicas.

A segunda perspectiva, vertente endógena, dirige-se ao encontro dos princípios norteadores do Desenvolvimento Solidário ou Alternativo, caracterizados pela reciprocidade das ações e por técnicas produtivas alternativas e inovadoras que se valem das potencialidades e conhecimentos locais. São projetos exercidos geralmente por ONGs, comunidades, movimentos sociais e setores governamentais, operacionalizando ações sob nova ótica desenvolvimentista, fundamentados nos postulados de Economia Solidária. (LUSTOSA, 2002).

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária é um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associativa do capital e o direito à liberdade, sendo realizada em sociedades organizadas igualmente para produzir, comercializar, consumir ou poupar. Santos & Silveira (2001) destacam os seguintes aspectos ligados ao Desenvolvimento Solidário e Alternativo: (i) a qualidade de vida da população local; (ii) ações econômicas e sociais direcionadas à localidade; (iii) formas de produção não-capitalista; (iv) tecnologias apropriadas às especificidades locais, e (v) uso adequado dos recursos naturais.

Obviamente, no âmbito real, essa separação entre fatores endógenos e exógenos pode ser tênue, não pura. Existem diversas experiências de gestão pública que buscam envolvimento da população no processo de planejamento e na implantação das políticas. De modo semelhante, nada assegura *a priori* que só pelo fato de ser entidade do Terceiro Setor, o modelo de desenvolvimento seria horizontal. Somente a análise de experiências concretas de desenvolvimento, pode levar a conclusões acerca da horizontalidade, ou verticalidade do processo.

Do ponto de vista geopolítico, cada cidade, região ou país pode ter diferentes aspectos como cultura, clima, recursos naturais e humanos, dificultando modelos padronizados de desenvolvimento. Sendo assim, o melhor caminho é aquele que prioriza ações econômicas e de inclusão social, observando as peculiaridades de cada local, buscando

minimizar ou eliminar os fatores que impedem o Desenvolvimento Social. Nesse sentido, segundo Buarque (2002, p. 25), o Desenvolvimento Local é um conjunto de ações que utiliza:

[...] as potencialidades locais e contribuem para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organizações e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade.

Nesse conceito, a organização interna e a mobilização da sociedade local são consideradas fatores inovadores e importantes para o desenvolvimento. É na organização social que os membros da localidade expressam suas necessidades, conhecimentos e desejos. Assim, identificam sua condição social, econômica e reconhecem suas capacidades e potencialidades para modificar a realidade do local onde vivem.

## **6 Capital Social e Desenvolvimento Local na Comunidade Tapera**

A mobilização e a organização social expressa o envolvimento da comunidade com a implementação de projetos de Desenvolvimento Local, por meio de parcerias com os órgãos governamentais e não-governamentais. A principal organização interna é a Associação dos Assentados da Tapera, da qual 97,2% das famílias participam. Trata-se de um meio de potencializar as demandas, praticar o consenso diante da diversidade de interesses (quando for o caso) e conciliar o sujeito coletivo.

A criação da Associação dos Assentados induziu amplo processo de mudança institucional, do qual a participação das famílias definiu as bases para a comunidade. Isto favorece o aparecimento de novas organizações sociais que só podem vicejar em um ambiente de mobilização social. São exemplos dessas organizações, além da Associação dos Assentados, Cooperativa Grande Sertão<sup>9</sup>, STR de Riacho dos Machados, Grupo Religioso<sup>10</sup> e a Pastoral da Criança. As relações sociais estabelecidas

---

<sup>9</sup> Grande Sertão Tem sede no município de Montes Claros e é formada por associados de diversas comunidades rurais da Região, com finalidade de beneficiar e comercializar frutos do cerrado.

<sup>10</sup> Trata-se de um movimento católico. No entanto, isso não significa que não existam outras religiões na Comunidade Tapera.

nessas organizações constituem uma espécie de conexão entre os moradores da comunidade, que se reúnem por motivo em comum, seja social, econômico, cultural, político ou religioso.

Dessa forma, a percepção da existência/inexistência de Capital Social foi orientada pela prescrição de Coleman (1990), na qual o autor expõe que apesar da dificuldade de aferir o Capital Social, é possível especificá-lo. Para tanto, utiliza-se como medida certos comportamentos sociais. Coleman (1990) e Putnam (2000), consideram como estes, aspectos relacionados à cultura cívica, relações políticas, redes sociais, vínculos comunitários, relações de vizinhança, entre outros.

### **Constituição da Comunidade Tapera – luta e conquista da terra**

Um primeiro recurso observado são as relações sociais estabelecidas entre os moradores da comunidade, da luta à conquista da terra. A busca da desapropriação das terras do assentamento ocorreu com a venda da Fazenda Tapera para a empresa Sicafe ( que implantaria um projeto de reflorestamento de eucaliptos no município de Riacho dos Machados) e a possibilidade de os agregados perderem o direito de permanecer na terra. Diante disto, mobilizaram-se para pressionar o processo de desapropriação da área. Para isso, firmaram novas conexões por meio da Associação dos Posseiros da Tapera e estabeleceram redes de relações sociais com o STR de Riacho dos Machados e com o CAA-NM, para viabilizar a reforma agrária no local. As reuniões, mobilização dos trabalhadores/posseiros e o envolvimento de instituições dos trabalhadores marcam o início da construção do sujeito coletivo, mas numa série de ações conjuntas.

Com a imissão na posse dos assentados, em 29 de novembro de 1994, e diante do processo de efetivação da reforma agrária, iniciou-se um período caracterizado pelo desejo de melhorias para a comunidade, como por exemplo, compra de equipamentos, construção de galpão para armazenamento da produção e de moradias para as famílias. Em 1996, forma-se, a Associação dos Assentados da Nossa Senhora das Oliveiras (Comunidade Tapera) o que proporciona a inserção dos moradores da comunidade nos debates políticos locais por via de reuniões com o INCRA e com o STR de Riacho dos Machados.

Segundo Franco (2000), o que caracteriza a organização social de uma comunidade é um projeto em comum, conectividade horizontal e interdependência por meio da multiplicação de relações de parceria, o que, segundo moradora da Tapera, ocorreu com a passagem simbólica de assentamento para comunidade:

*Antes nós era um assentamento, agora é uma comunidade né. (E 1)*

Isso significa mudanças no imaginário social da comunidade, por intermédio da passagem de pessoas socialmente independentes, unidas pelo objetivo comum de reforma agrária, para um grupo social interdependente, que partilha o mesmo ambiente e interage em várias dimensões da vida, particularmente, no que diz respeito à organização social da comunidade.

### **Conexões horizontais e relações de parcerias**

À organização social contribui para o fortalecimento de laços intracomunidade, faz com que os problemas sejam conhecidos e as soluções compartilhadas. É um processo que solidifica as relações interpessoais e constrói laços de confiança, o que confirma a teoria destacada neste estudo.

Conforme constatado em pesquisa de campo, é por meio da Associação dos Assentados que a Comunidade Tapera dialoga e decide a maior parte dos assuntos relacionados à vida na comunidade. Pode se associar qualquer morador com mais de 16 anos de idade, porém sem direito a voto, entre os 16 e 18 anos. No entanto, segundo a diretoria da associação, qualquer morador pode opinar sobre os assuntos da comunidade sugerindo assuntos para a pauta das reuniões. Para eles, a associação representa a união dos moradores e de esforços para obter um fim comum, melhores condições produtivas e de vida na comunidade. Esta constatação pode ser resumida com o relato de um dos moradores:

*Através da associação ocê tem mais facilidade pra tá reivindicando, tá cobrando as coisas. [...] Às vezes a pessoa individual, ela conseguiu alguma coisa mais é mais complicado, quando um grupo de pessoas, tem uma entidade, tem um representante é mais fácil. Tendo uma entidade, tem uma pessoa que é representante da entidade e que dá cobrança em dobro, né? Cobrando o que todo mundo quer. Na associação é muito mais fácil. (E 2)*

Quanto à cooperativa, apenas quatro assentados estão legalmente associados à Grande Sertão. No entanto, foi explicado pelos cooperados que eles figuram um grupo de trabalho da Comunidade Tapera dentro da organização da Cooperativa Grande Sertão. Este relato reforça a idéia de um sujeito coletivo definido.

*A gente ta lá, mas não é em nome nosso não, é em nome do assentamento! Tudo isso é pra melhorar a vida da comunidade. (E 3)*

A cooperativa é formada por associados de diversas comunidades rurais da Região, e tem por fim o beneficiamento e comercialização de frutos do cerrado. Assim sendo, à cooperativa recolhe, processa (transforma em polpa) e comercializa os frutos coletados por pequenos produtores rurais. O que, segundo os cooperados da Tapera, beneficia toda a comunidade, reduzindo os riscos de dano no armazenamento do fruto e facilitando a venda, devido à quantidade maior de produto ofertado no mercado.

*Se você guardar muitos grãos perde, porque caruncha tem esse problema todo. A partir da cooperativa isso jamais acontece; mandam pra lá, vão processar. A cooperativa na verdade, ela não compra o fruto na mão nossa, mas nós repassa o produto pra cooperativa. Depois que a cooperativa comercializa, ela repassa o dinheiro pra gente, e assim, a gente já tem feito experiências com as fruta do cerrado como o pequi. Aqui na Tapera mesmo foi o pequi, a cagaita, o coquinho azedo e mais outras frutas também. [...] Tem que se desse modo, se não tem quantidade suficiente pra vender”. (E 4)*

Talvez aqui esteja um exemplo totalmente oposto ao imaginado por David Hume em sua análise sobre as vantagens e desvantagens da confiança e cooperação entre indivíduos em uma colheita de milho. O “milho”, neste caso, é totalmente aproveitado/colhido.

Na pesquisa foi possível verificar que os moradores da Comunidade Tapera mantêm relações sociais com o STR de Riacho dos Machados. O que segundo eles, deve-se ao fato deste sindicato significar um órgão de apoio aos interesses dos pequenos produtores rurais da Região. As relações firmadas entre a comunidade e o sindicato são “elos de confiança” estabelecidos em prol do bem coletivo, que extrapola o local da Tapera avançando em direção da consciência de classe trabalhadora rural.

*A gente ajuda e é ajudado pelo sindicato. A coisa depende da boa vontade dos dois lados. Mais, num é uma coisa do assentamento, é do trabaiador rural de todo canto. (E 2)*

É importante ressaltar o papel desempenhado pela Pastoral da Criança e o Grupo Religioso na Comunidade Tapera. A atuação da Pastoral é alicerçada em um grupo de mulheres que produzem a multimistura. Tal produto, segundo as mulheres do grupo, melhorou significativamente a qualidade de vida das crianças, o nível nutricional. Conforme dados da Pastoral da Criança (2006), a mortalidade de menores de um ano nas comunidades em que atua é 60% menor do que a média nacional, que engloba crianças ricas e pobres. Sendo o índice nacional de 29,6 (por mil nascidos vivos) e 13,7 (por mil nascidos vivos) na Pastoral da Criança. (IBGE – Censo 2000).

*Temos aqui o trabalho da Pastoral da Criança com a gente aqui né. Que faz a multimistura, que é um alimento enriquecido, usam bastante as matéria prima, as folhas, vitaminas encontrada na comunidade. É por isso, que a gente não precisa tanto de farmácia, as crianças é tudo saudável. Não era assim antes. (E 5)*

O movimento religioso católico está instituído em Grupo de Oração. O grupo se encarrega de promover novenas, festas religiosas, leilões beneficentes, e outras atividades que reúnem a comunidade. De acordo com relatos dos moradores da Tapera, o movimento religioso merece consideração por fortalecer os “laços de convívio das famílias”, fortalecendo as relações sociais internas e a familiaridade entre os moradores. Conforme relatado por moradora da comunidade:

*Agente se encontra nos leilões, nas novenas. Todo mundo vem, traz as criança. É bom pra colocar o papo em dia, melhorar qualquer coisa da comunidade. (E 5)*

As festas religiosas, os leilões de caridade e os torneios de futebol são as opções de lazer na comunidade. É nesses eventos que os moradores, principalmente os jovens, interagem. Sendo nas comemorações (festa de São João, festa do Milho, Natal entre outras) que os moradores convidam os vizinhos para visitar sua casa.

*Quando tem festa, tipo São João, festa do Milho, a gente faz a festa na casa da gente no dia que não tem festa na casa do outro. E o outro, no dia que não tem na casa da gente.”“A gente roba a bandeira, e o robado tem que dá a festa. Festa grande até amanhecê. É tradição, não pode quebrá. (E 6)*

Os moradores da Comunidade Tapera têm relações muito próximas com o CAA-NM, participando de parcerias, cursos de capacitação e apoio técnico. Foi possível constatar na pesquisa que essa organização não-governamental é um órgão de apoio que mantém relações de proximidade e confiança. Ao promover cursos de capacitação, o CAA-NM proporciona a descentralização do saber; devido à temática dos cursos e dos projetos

elaborados em parceria com a comunidade incentiva o aparecimento de novos líderes locais; com o apoio técnico voltado para a realidade do local, dissemina a cultura de cooperação sistêmica. Isto se reflete na admiração e respeito da comunidade para o CAA-NM. Conforme relato dos moradores:

*Através do CAA-NM ocê tem mais facilidade pra fazer cursos, aprender. Tem sempre ajuda. São parceiros desde o tempo da luta da terra até os dia de hoje. (E 2)*

*É assim! Vai um assentado e aprende. Depois ele é responsável de ensinar pra gente toda. São os monitores, né. A gente aprende e ensina também. (E 4)*

*Tão sempre lá pra tirar as dúvidas. Mais ouvem nossa vontade, sugestão. Não tem nada mandado é discutido. (E 5)*

Quanto à Prefeitura de Riacho dos Machados existe conexão. No entanto, parece ser de vínculos ainda fracos, sem muita interlocução entre prefeitura e comunidade. Segundo moradores:

*Tem parceria, só não foi efetivada. Mais era outro Prefeito, quem sabe com esse muda. (E 2)*

Nesse sentido, observam-se dois tipos de cadeias de relações sociais na Comunidade Tapera: relação de parceria da comunidade com outras entidades via conexões com o poder público, setor privado e o terceiro setor; e conexões internas, entre os moradores da comunidade. Sendo que na conexão horizontal, interdependência e as relações de parceria formam as redes com base na cooperação, que sinalizam a presença de Capital Social na comunidade.

### **Valores compartilhados e objetivos comuns**

A vida social da Comunidade Tapera é caracterizada por laços de convívio replicados nas relações sociais horizontais observadas nas ligações de compadrio, prática de mutirão, comercialização dos produtos do assentamento, cuidados com os doentes, acesso às políticas públicas, entre outros. Na comunidade, o padrinho de uma criança é um amigo íntimo dos pais, alguém em que eles confiam e respeitam, sendo comum a troca de afilhados entre os casais. A troca ocorre, geralmente, devido à reciprocidade da confiança e da gentileza com que foram agraciados. O tratamento também é dado para conhecidos antigos, desde que existam laços fortes de amizade.

*Aqui todo mundo é cumpadre. Cumpadre é alguém de confiança da família. Gente de bem. (E 7)*

No cultivo da terra é utilizada força de trabalho familiar, ocorrendo apenas eventualmente, uso de força de trabalho dos vizinhos. Isto ocorre via troca de dias de serviço sem pagamento de diárias entre os moradores da comunidade. Quando necessário, em casos de doença, morte ou fim de colheita, faz-se um mutirão para ajudar o morador necessitado. A prática de mutirão oferece elementos para se afirmar que a Tapera é uma comunidade formada por indivíduos que agem mutuamente, cujos objetivos são estabelecidos de maneira associada e por pessoas que têm interesses em comum, motivados por espírito de solidariedade e cooperação.

*Se precisar a gente ajuda. Se tivé doente ou apertado na coeita, ajuda. Sabe, nós somos um grupo, faz tempo [...] Se não for assim, a gente nem vive. Um precisa do outro. (E 7)*

Tal cooperação também é praticada na comercialização dos produtos da comunidade. Conforme os moradores da comunidade, parte dos produtos (milho, feijão, arroz e rapadura) é negociada com comerciantes de Riacho dos Machados e para escolas da Região, o que segundo eles, só ocorre porque operarem conjuntamente.

*Sempre no início do ano a gente junta aqui na comunidade, no assentamento e aí a gente reúne e faz um balanço total de que produto a gente pode fornecer por ano. Através da cooperativa a gente vendeu o mio de semente pra CONAF, com preço muito bom né, arroz, milho, feijão e rapadura também. (E 4)*

Em casos de doença na comunidade, os moradores dizem que são tratados com medicamentos naturais extraídos na própria Tapera. O tratamento, geralmente, é responsabilidade das mulheres mais velhas da comunidade que repassam seus ensinamentos aos mais jovens. É interessante ressaltar, que os moradores estão se organizando para fundar uma farmácia de produtos naturais na comunidade numa parceria com a Rede Pacari<sup>11</sup> de plantas medicinais.

*Estamos iniciando também a farmacinha caseira. Primeiro, a rede Pacari é a rede de planta medicinal do cerrado, onde a comunidade está envolvida nesse curso, que é pra dá prioridade para o assentamento e as comunidades. É que cada uma delas né, tem a base*

---

<sup>11</sup> Pacari é uma rede de grupos populares e organizações não-governamentais que trabalham com saúde comunitária e meio ambiente. A intenção é formar redes de grupos, organizações e instituições que têm experiência com plantas medicinais para trocar conhecimentos e experiências e contribuir para recuperação de conhecimentos tradicionais.

*de uma farmacinha. Primeiro a gente, né, começou elaborando um documento, pra que a partir do momento que a gente abrisse essa farmacinha que esse outros farmacêuticos ai não tivesse condição de fechar. Agora terminamos esse documento, e já foi assinado né, pelo Lula, e a gente vai receber um livro. O documento na nossa comunidade vai ser mesmo a chave da nossa farmácia. Pra isso tão capacitando mais um grupo, umas seis pessoas pra trabalharem, pessoal da comunidade. (E 4)*

*Só medicamento natural, que nós mesmo fabrica tudo do assentamento. Tem algumas coisas comprada, é algumas matéria-prima que a gente precisa pra desinfetar também, agente usa também o vinho no medicamento pra ter durabilidade né, também é comprada, usa também a parafina que é nas pomadas, e, outras coisas, mas, no mais é tudo planta medicinal. A base de tudo é tirado do cerrado, a gente já recebeu também muita informação da coordenadora que é Jaqueline de Brasília, primeiro através do CAA. Nós estamos engajados neste estudo através do CAA, que a gente trabalha junto. (E 5)*

As redes de relações sociais permitem transmitir conhecimentos, disseminar informações, estabelecer práticas comerciais. No entanto, vale ressaltar que as relações só fazem parte do escopo do Capital Social, se houver vínculos de confiança mútua, com pessoas ou entidades agindo cooperativamente e evitando lesar umas às outras. Para Putnam (2000), a cooperação voluntária só existe se for garantida por relações de confiança e um bom conceito sobre a reputação e a confiabilidade dos mesmos.

As regras de reciprocidade regulam o convívio mútuo entre as pessoas. Os vínculos de reciprocidade observados na Comunidade Tapera vão além dos já citados, apadrinhamento das crianças, prática de mutirão, associação e cooperação econômica, o fundo de aval, as relações de vizinhança e a própria relação de venda dos produtos da comunidade com a Cooperativa Grande Sertão.

Segundo os moradores, quando é necessário recorrer a financiamentos para custear o plantio da lavoura, preferem operar em grupo por eliminar parte das dificuldades de acesso ao crédito e ampliar as possibilidades de honrar com as obrigações. A intensidade da relação de confiança entre os moradores da comunidade também está presente no ato de avalizar uns aos outros nos empréstimos bancários.

*Quase todos os projetos foi aqui no assentamento foram em grupo sim e nós também tem projeto né, até hoje a gente tem projeto em grupo, um é avalista do outro. (E 4)*

*Quando se fez a associação foi pensando nessas coisa, em nome da associação buscava para todo mundo, se não cada um teria que ir lá individual fazer um projeto, ficaria mais complicado a aprovação, um processo mais complicado, mais caro, mais burocrático né. (E 2).*

Ou seja, prevalece a colaboração contínua e a confiança entre os moradores da comunidade. Confiança demonstrada no modo de viver tranqüilo da comunidade e nas relações de vizinhança com o município de Riacho dos Machados.

### **Ambiente Favorável e Relações de vizinhança**

Para discutir ambiente favorável ao desenvolvimento e relações de vizinhança é importante considerar o local, não como um “espaço territorial” delimitado por fronteiras geográficas, mas, o local constitui mais do que um território restrito, configura um “espaço” social, econômico e cultural em constante transformação, contendo mediações que envolvem diferentes escalas de poder.

Segundo Sainsalieu (2001), a interdependência do trabalho visa a uma ação coletiva, na qual a relação de poder pode ser de caráter recíproco, mas também pode gerar desequilíbrio. No primeiro caso, pode-se chegar a formas de cooperação aceitáveis entre atores, grupos e organizações. No segundo caso, os indivíduos e coletivos chegarão à confrontação, conflito, ou usarão estratégias de ignorância mútua.

Na pesquisa realizada, nota-se, de modo geral, relações sociais e econômicas entre a Comunidade Tapera e o município de Riacho dos Machados. Segundo moradores da cidade, os assentados são pessoas de boa índole, trabalhadores rurais como outros trabalhadores quaisquer, que freqüentam o município. Fato perceptível em relatos como de uma comerciante do município:

*Eles vende qualquer coisa aí na feira, compra algumas coisa na mão dos comerciante. Não tem nada de diferente do povo daqui. (E 8)*

Ainda que os relatos dos moradores de Riacho dos Machados não tenham sido suficientes para determinar graus de intimidade e reciprocidade entre moradores da Comunidade Tapera e do município, também não foram constatados relações de conflito entre os mesmos. Pelo contrário, para os moradores da comunidade não há diferenciação de um lugar para outro, mesmo porque a maioria deles é natural de

Riacho dos Machados e tem familiares na cidade. É forte a sensação de pertença a esse território.

*Se for juntar as famílias daqui, todo mundo tem parente lá, eu mesmo minha família quase todo está situada lá no Riacho dos Machados (...) a gente tem bom relacionamento, nos habita muito lá e gente faz compra lá. E pode vender lá, também vende, num existe assim, num vejo assim é, restrição pra separação, somos dum lugar só. (E 5)*

As relações de vizinhança não se restringem à conexão de comunidade e município, sendo observado também as relações de proximidade no interior da comunidade. Na pesquisa realizada foi possível observar exemplos de ação coletiva e de cooperação alicerçada na confiança mútua e na inter-relação social entre os moradores. O que não significa ausência de conflitos, visto que em grupo variado de pessoas inserido em um mesmo ambiente pode haver crenças e desejos diferentes, mesmo porque a diversidade é inerente ao ser humano.

*Não é, que não tem briga, tem. Mas é pro bem de todos. (...) às vezes de tanto querer bem tem que falar uma palavra ruim pro sujeito. Pra ele enxergá as coisa do jeito certo. (E 3)*

*Tem coisa que é mais difícil, mais a gente entende. O que não pode perder é a idéia do melhor pra todo mundo. Tudo que tem aqui foi feito projeto junto. Assim que dá certo. (E 4)*

Os conflitos citados parecem gerados em um ambiente democrático e de pessoas com autonomia para expressar suas vontades. Fator que auxilia na descentralização do poder, já que o princípio da democracia é a equidade de poder. Assim sendo, para haver Capital Social é necessário existir, além de conexões entre pessoas, cooperação voluntária, determinando relações horizontais de poder. Independente de conflitos, parte de todo o processo social, o importante é o reconhecimento de pertencer a um grupo com projeto de desenvolvimento em comum e que busca o benefício mútuo. Ao operar, simultaneamente, os indivíduos favorecem as melhorias econômicas e sociais do local onde vivem.

Do ponto da segurança na comunidade, foi constatado, segundo os moradores, que não há casos de roubos ou de violência na Tapera. Alguns moradores relataram que, aproximadamente, há sete anos (1999), houve uma briga entre dois moradores, ocorrendo agressão física a um deles com o uso de uma arma branca, o que resultou na expulsão desse assentado. A expulsão do assentado reflete a preocupação dos moradores

em manter o respeito pelas relações que foram alicerçadas. Este caso demonstra o exposto na teoria de Putnam (2000), de que quem não segue as regras é alijado do processo. No caso, é alijado da comunidade.

*Todo mundo aqui vai pra roça e não fecha a casa. Nós deixa a porta e janela tudo aberto. Anda por ai. Num tem perigo. (E 5)*

*Outra coisa que a gente observa nas pessoas, que vem aqui né, por exemplo, quando tá lá na minha casa nesta época, carro não corre, não vai lá não, até na porta, por causa do rio que não atravessa e as vezes vem muita gente em casa eles fica perguntando né, como é que faz pra deixar o carro, aberto mesmo? Tão longe da casa? Eu falo, a vontade, nada meche. (E 4)*

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Comunidade Tapera no aspecto econômico ainda não é capaz de acumular capital, de gerar poupança futura e assim possibilitar melhores condições de conforto, saúde e lazer. Contudo, no aspecto social, vários são os exemplos e fatores que reforçam o que destaca a teoria, ou seja, há uma construção de cooperação, civismo e solidariedade nesta comunidade.

O processo de Desenvolvimento Local demonstra que houve melhoria na qualidade de vida da população local. Com a consolidação do assentamento, os trabalhadores rurais da Comunidade Tapera caucionaram o seu meio de trabalho, no qual obtém o sustento de toda a família. Com o apoio do CAA-NM desenvolveram formas de produção alternativas, com uso de tecnologias apropriadas às especificidades do local, o que auxilia no uso adequado dos recursos naturais da comunidade. A capacitação de recursos humanos da comunidade contribui para a descentralização do conhecimento e conseqüentemente do poder, fatores importantes para a promoção do Desenvolvimento Local.

Por meio da pesquisa constatou-se que a comunidade apresenta alguns comportamentos sociais relacionados à organização social, como redes sociais, vínculos sociais horizontais, confiança mútua, compromisso cívico e cooperação. Tais elementos constituem um conjunto de recursos que colaboram nas práticas de Desenvolvimento Local. Logo, incentivos para a formação e manutenção de Capital Social permitem

aumento da eficiência das práticas de Desenvolvimento Local e, por conseguinte, maior desenvolvimento do meio rural.

A presença de Capital Social na Comunidade Tapera é um elemento importante na articulação e promoção do seu desenvolvimento. Ele contribui para potencializar os resultados econômicos em termos de aquisição de insumos, acesso a crédito junto às instituições financeiras e na produção em geral. Assim sendo, a análise do caso da Comunidade Tapera oferece fortes indícios de que o Capital Social guarda estreita relação com o desempenho econômico de dada comunidade. Ademais, a existência de laços sociais, afetivos e econômicos fortalecem a identidade e a sensação de pertença a dado território. Sociedades com laços de confiança fortes têm maiores possibilidades de desenvolvimento do que sociedades com baixo nível de confiança, como aponta a literatura. Este resultado é considerado relevante, porque corrobora a hipótese de que o Capital Social afeta as práticas de Desenvolvimento Local, levando-se em consideração os atores envolvidos, e os aspectos relacionados às condições socioeconômicas, o padrão de conhecimento anterior e a necessidades de mudanças.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, vol. 4, n.2, abril/junho 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COLEMAN, James. **Foundations of Social theory**. Cambridge, Massachusetz: Harvard University Press, 1990.

COSTA, Rogério. **Inteligência Afluente e Ação Coletiva**. Texto para Discussão, 2004. Disponível em <<http://www.pucsp.br>>. Acesso em janeiro 2005.

DAYRELL, C.A. Os Geraizeiros descem a serra: ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios do agrobusiness. In: LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos (Orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (ed). **Dicionário do Desenvolvimento: Guia Para o Conhecimento Como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRANCO Augusto de. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Dez Consensos**. Proposta nº 78 setembro/novembro de 1998.

FRANCO, Augusto de. Por que precisamos de DLIS? In: **Revista Século XXI**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

Hanifan, Lyda (1916), The rural school community center. I Annals of the American academy of Political and Social Science, nº67, pp. 130-138.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – **Perfil Municípios Brasileiros**. 2000. Disponível em:<[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em novembro de 2005

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York, 1961.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. Brasília: UNESCO, 2001.

LLORENS, Albuquerque, F. **Desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: BDMG, 2001.

LUSTOSA, Paulo Henrique. Avaliação da Indução de Desenvolvimento Sustentável: uma proposta de metodologia. In: FISCHER, Tânia (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da qualidade, 2002. p.175-193.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) In: **IV Conferência Regional**. San José, Costa Rica, 2003.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SACHS, Inacy;. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAINSAULIEU, R. **Des sociétés em mouvement**. Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

SANTOS, M.; & SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SMTHI, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Economistas).

VANIER, Martin. Quel pouvoir économique pour les pouvoirs territoriaux? **La Pensée**. Paris, n.314, p. 97-98, avr., mai, juin.,1998.

VEIGA, José Eli da. & Colaboradores. **O Brasil Rural Precisa de Uma Estratégia de Desenvolvimento**. Texto Provisório para Discussão. NEAD. Agosto, 2001.

ZAPATA, Tânia. Uma Metodologia para o Desenvolvimento Local In: **As MEPU's e o Desenvolvimento Local**. III Taller Permanente – Brasil. Recife, 2001.